

POLÍTICA

HAROLDO HOLLANDA

Rebelião no Senado

Os atropelos e dificuldades políticas que o Governo encontrou nas últimas 48 horas no Senado para aprovar o ajuste fiscal e a rolagem da dívida dos estados estão sendo debitados ao fato do pouco empenho demonstrado pelo Palácio do Planalto em ali organizar uma maioria parlamentar estável. A insatisfação tornou-se crescente e explodiu num episódio político decisivo para o Presidente da República e o seu Governo. O precário sistema de sustentação política ao Governo ficou visível, na avaliação de vários senadores, quando o senador Júlio Campos, da bancada governista — e que por cima tem um irmão governador de Mato Grosso — recusou-se a dar seu apoio ao projeto de ajuste fiscal, se condicionada sua aprovação à rolagem da dívida dos Estados, nos termos do acordo celebrado com o Governo.

A propósito, lembra-se que no início deste ano a bancada governista no Senado chegou a contar com 38 senadores. Faltava pouco para obter a maioria do Senado, o que seria conseguido sem muito esforço. Atribui-se no Senado ao descaso do Palácio do Planalto o debilitamento da maioria governamental, que com o passar do tempo foi perdendo motivação, até se tornar força inexpressiva. A insatisfação nas hostes do Governo foi também aumentada na mesma proporção, apesar de todas as advertências feitas, inclusive ao Presidente da República.

Conta-se, para efeito de ilustração, que recentemente a bancada governista do Piauí, tendo à frente o senador Hugo Napoleão, presidente do PFL, teve uma audiência no Palácio do Planalto para tratar de assuntos daquele estado. Os integrantes da bancada piauiense foram recebidos de pé pelo presidente Collor, o que causou mal-estar. A bancada do Espírito Santo, constituída por três senadores — Elcio Álvares, João Calmon e Gerson Camata — também está descontente com os procedimentos políticos do Governo. Tempos atrás o senador Elcio Álvares foi convidado pelo ministro João Santana, da Infra-Estrutura, a acompanhá-lo numa visita a Vitória. O senador Elcio Álvares declinou-se do convite. Alegou que estando sendo desprestigiado em seu estado, através de vários atos do Governo, não fazia sentido lá desembarcar na companhia do ministro da Infra-Estrutura, como se nada tivesse acontecido, o que soaria mal junto a seus correligionários políticos.

O clima de insatisfação atingiu seu ponto culminante quando o Governo decidiu celebrar um acordo com o PMDB para aprovar o ajuste fiscal junto com a rolagem da dívida dos estados. No curso das negociações em andamento no Congresso, o ministro Jarbas Passarinho apareceu na imprensa negociando a matéria em debate com o ex-governador Orestes Quérzia, presidente do PMDB. Com isso, argumentou-se na área governista do Senado, o Governo passou à opinião pública a versão de que seu principal interlocutor político no Congresso era o presidente do PMDB. "O Quérzia virou primeiro-ministro", protestou, em tom de ironia, o senador catarinense Esperidião Amin, um dos rebelados com a orientação política traçada pelo Planalto.

Aproveitando o pretexto formado por todo esse caldo de cultura, senadores de várias legendas partidárias, integrados na bancada governista, entre as quais se incluía o PFL, resolveram constituir um bloco independente, o que deixa o senador Marco Maciel, líder do Governo no Senado, e o ministro Jarbas Passarinho, como coordenador político do Presidente da República, numa posição delicada e desconfortável. Se formado em definitivo esse bloco, Passarinho e Maciel seriam generais sem tropa, pois em sua bancada só permaneceriam uns poucos senadores, como o paraense Oziel Carneiro, que deve fidelidade ao ministro da Justiça, até por ser seu suplente no Senado. Passarinho constatou o desconforto em que se encontra, em reunião que teve anteontem com os senadores governistas.

Ontem à tarde, ainda se tentava votar no Senado o ajuste fiscal e a rolagem da dívida. Se não ocorrer a aprovação do ajuste fiscal, o Palácio do Planalto só terá uma saída: recorrer à medida provisória para efetivá-lo. O senador Marco Maciel foi um dos primeiros a reconhecer que é polêmico, do ponto de vista jurídico, se cabe edição de medida provisória para regular matéria tributária. Lembra-se, porém, que se não houver ajuste fiscal, é provável que o Governo se veja privado de recursos até para pagar os servidores civis e militares da União no início do próximo ano. Sem falar nas implicações externas, tendo em vista que com o ajuste se pretende atender a recomendações feitas pelo FMI para que o País possa se acertar com a comunidade financeira internacional.